



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
CONCURSO PÚBLICO
Março - 2015

Contador

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado. Caso se identifique em qualquer outro local deste Caderno, você será eliminado do Concurso.
- 2 Este Caderno contém, respectivamente, a prova de Redação e 50 questões de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** → Língua Portuguesa; **11 a 20** → Legislação; **21 a 50** → Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente ao Fiscal.
- 4 A Redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo.
- 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
- 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 8 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 9 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 10 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 11 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para elaborar, em caráter definitivo, a Redação, responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 12 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 13 Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

Redação

Em janeiro de 2015, o atentado à sede do jornal francês Charlie Hebdo reacendeu, no mundo ocidental, o debate em torno da liberdade de expressão. Esse tema tem dividido opiniões, conforme se ilustra a seguir:

[...] a liberdade é um dos princípios pelos quais um Estado democrático se legitima. É através dela que se assegura a liberdade de expressão aos cidadãos e às respectivas associações, principalmente no que diz respeito a quaisquer publicações que estes possam pôr a circular, por isso ela deve ser sempre preservada.

Pedro Benedito Maciel Neto

Disponível em: <www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2015.

Somos nós plenamente livres para falar o que quisermos, sobre quem quisermos e da forma que bem entendermos? A resposta está na reflexão sobre o fato de o ser humano viver em sociedade. Só se é livre quando existe o Direito, regulamentando o convívio social; e isso só é possível respeitando e fazendo respeitar a individualidade e a intimidade de cada um de seus membros e o bem coletivo, através do estabelecimento de limites expressos legalmente, que, de certa forma, se aderem naturalmente a cada direito.

Leonardo Fernandes Furtado e Simone Mendes de Melo

Disponível em: <www.dhnet.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2015.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Considerando a discussão em pauta, redija um **artigo de opinião** com o objetivo de defender um ponto de vista sobre a seguinte questão:

A liberdade de expressão deve ter limites?

Ⓢ Seu artigo deverá atender às seguintes normas:

- ser redigido no espaço destinado à versão definitiva;
- apresentar explicitamente um ponto de vista, fundamentado em, no mínimo, dois argumentos;
- ser redigido na variedade padrão da língua portuguesa;
- ter um título;
- ser redigido em prosa (e não em verso);
- conter, no máximo, 40 linhas; e
- não ser assinado (nem mesmo com pseudônimo).

ATENÇÃO

Ⓢ Será atribuída **NOTA ZERO** à redação em qualquer um dos seguintes casos:

- texto com até 14 linhas;
- fuga ao tema ou à proposta;
- letra ilegível;
- identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo); e
- artigo escrito em versos.

Observação:

Embora se trate de um artigo de opinião, **NÃO ASSINE O TEXTO** (nem mesmo com pseudônimo).

Rascunho

ESPAÇO DESTINADO AO TEXTO DEFINITIVO

	----- (Título)
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

(NÃO ASSINE O TEXTO)

Rascunho

(Continuação do espaço destinado ao texto definitivo)

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

(NÃO ASSINE O TEXTO)

Rascunho

Para responder às questões de 01 a 10, leia o texto a seguir.

Por que acabar com as vagas de rua

PHILIP YANG

Projeções recentes mostram que, de 2001 a 2030, o aumento da mancha urbana no planeta cobrirá uma área maior que a superfície de todas as cidades criadas em toda a história da civilização até o ano 2000. A demanda urbana por espaço aumenta em função de duas lógicas ligadas à produção de bens e serviços: a economia de escala e a economia de aglomeração. A economia de escala – redução de custos pelo aumento da produção – em geral requer grandes áreas e leva à ocupação extensiva da terra. A economia de aglomeração – aumento de produtividade propiciada pela proximidade de atividades complementares –, ao contrário, se beneficia da ocupação intensiva da terra.

O automóvel favoreceu a ocupação extensiva, no século XX, ao dar liberdade de deslocamento. Distritos residenciais foram erguidos cada vez mais distantes das áreas centrais, onde tradicionalmente estão os postos de trabalho. O movimento pendular entre moradia e emprego tornou-se obrigatório para milhões de habitantes. A lógica favoreceu o isolamento e a exclusão social, em vez de formar tecidos urbanos mistos. Congestionamentos e o aumento do tempo de viagem, em todas as grandes metrópoles, mostram o esgotamento do modelo de espraiamento horizontal das cidades, baseado na hegemonia do automóvel. Mesmo a expansão acelerada na oferta de avenidas, viadutos, túneis e pontes mostra-se insuficiente para absorver o aumento do trânsito. O impacto dos congestionamentos é conhecido por todos. Temos menos horas de lazer e de trabalho. A produção de bens e serviços é menos eficiente.

Na era da mobilidade, em que o fator tempo é decisivo para o desempenho de tudo e de todos, o Brasil caminha na contramão da história. Políticas de habitação favorecem a moradia cada vez mais distante dos centros de emprego. Incentivamos a compra de automóveis, quando o resto do mundo busca o contrário: maior oferta de transportes públicos, de ciclovias, de moradias próximas à oferta de emprego. O traço comum às iniciativas para melhorar o trânsito é o desincentivo ao uso de carro.

Uma das opções mais aceitas no mundo para reduzir o tráfego é o pedágio urbano. Londres, Estocolmo e Milão cobram pelo acesso a zonas mais congestionadas, como forma de aliviar o trânsito e financiar a melhoria da rede de transportes públicos. Embora inicialmente impopular, o pedágio vem ganhando corações e mentes nessas cidades, pois a fluidez das vias melhorou, e o transporte público pôde absorver os passageiros que preferiram deixar seus carros em casa. No mesmo diapasão, há quem defenda uma sobretaxa aos combustíveis, destinada a financiar o transporte coletivo. Proponho eliminar as vagas de estacionamento ao longo das ruas, nas áreas centrais das cidades, a fim de ceder o espaço para calçadas mais largas.

Os carros poderiam parar em edifícios-garagem públicos, com gestão privada, erguidos a cada quatro ou cinco quarteirões. As vagas de rua custam caro à sociedade e prestam um serviço ruim para o dono do carro. Ao mesmo tempo, seu baixo custo visível inibe o investimento privado na construção de garagens mais eficientes. Com o fim das vagas de rua, os usuários de automóvel seriam cobrados não pelo direito de circular, mas pelo direito de estacionar. O ajuste adequado do preço dos estacionamentos serviria para desestimular o uso do carro, como já acontece em sociedades mais maduras. A extinção das vagas de rua depende de três atores. O governo ajustaria a legislação e faria desapropriações, ao criar um marco regulatório para a concessão de edifícios-garagem públicos. O setor privado investiria na construção e administração dos edifícios-garagem. Os motoristas passariam a pagar preços de mercado pelo uso das garagens.

Encontrar uma vaga diante da calçada, numa área saturada da cidade, consome tempo de quem quer estacionar e de quem quer apenas passar pela rua. Estudos realizados nos Estados Unidos mostraram que, quando mais de 85% das vagas estão ocupadas, os motoristas passam a rodar em círculos em busca de um espaço vazio. A busca por vagas gera mais trânsito e poluição em vias já saturadas. Sem as faixas de estacionamento na rua, eliminaríamos a busca por vagas e as obstruções ao trânsito causadas pelas manobras de entrar e sair das vagas.

O custo de parar o carro na rua é imprevisível. Talões de estacionamento oficiais da prefeitura, como o Zona Azul, de São Paulo, ou o Vaga Certa, do Rio de Janeiro, cumprem timidamente o papel de regular o uso das vagas. O motorista não sabe quanto terá de gastar com um eventual flanelinha ou com possíveis danos ao carro, guardado em condições de segurança e conservação precárias. Com edifícios-garagem, o cidadão poderia calcular os custos e benefícios de cada alternativa de deslocamento, antes de sair de casa. O preço para estacionar em cada garagem pública seria ajustado conforme a procura, a fim de evitar a falta de vagas e incentivar a busca de transporte alternativo nas áreas mais saturadas da cidade.

A extinção do estacionamento de rua levaria qualidade de vida às cidades, além de aliviar o trânsito. A faixa de asfalto desocupada poderia dar lugar a calçadas mais largas, com ciclovias e árvores, além de baratear o enterramento dos fios e cabos, hoje suspensos em postes. Os edifícios-garagem poderiam ser mais que um mero abrigo de carros. Poderiam reunir átrios para circulação e entretenimento público, redes de comércio e serviços, hotéis e albergues estudantis ou escritórios. As novas calçadas poderiam promover o paisagismo brasileiro, e os edifícios-garagem, em sua versão multifuncional, poderiam se tornar exemplos da arquitetura contemporânea, equilibrando forma e função no tecido urbano. Um sonho alcançável, em ciclo administrativo curto. Ele pode ser abraçado por qualquer grande cidade do Brasil, capaz de aglutinar a cidadania, o mercado e o governo em torno do projeto.

Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/10/por-que-acabar-com-bvagas-de-ruab.html>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

01. A intenção comunicativa dominante no texto é

- A)** criticar o aumento de veículos nas grandes cidades e o conseqüente transtorno em congestionamentos.
- B)** propor o pedágio urbano como iniciativa viável para aliviar o trânsito e melhorar a qualidade dos transportes urbanos públicos.
- C)** posicionar-se favoravelmente quanto ao aumento dos combustíveis, tendo em vista uma melhor oferta de transporte coletivo público.
- D)** defender a eliminação de vagas de estacionamento em vias públicas das cidades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida.

02. De acordo com as informações presentes no texto, é correto afirmar que

- A)** o Brasil se destaca por incentivar a aquisição de automóveis, como outros países, tendo em vista a mobilidade do cidadão.
- B)** a supremacia do automóvel tem sido a principal responsável pelo desenho das cidades e pela saturação do espaço urbano.
- C)** a oferta exclusiva de edifícios-garagem pelo setor privado seria uma alternativa para as obstruções de trânsito.
- D)** o deslocamento propiciado pelo automóvel também é responsável pela formação de cidades menos inclusivas.

As questões 03 e 04 referem-se ao trecho a seguir.

O preço **para** estacionar em cada garagem pública seria ajustado conforme a procura, **a fim de** evitar a falta de vagas e incentivar a busca de transporte alternativo nas áreas mais saturadas da cidade.

03. Sem comprometer o sentido do enunciado e obedecendo às regras de pontuação do português escrito padrão, a opção que apresenta a reescrita adequada do trecho é:

- A) Conforme a procura, o preço, para estacionar em cada garagem pública, seria ajustado a fim de evitar a falta de vagas e incentivar, nas áreas mais saturadas da cidade, a busca de transporte alternativo.
- B) O preço para estacionar, em cada garagem pública, seria ajustado, conforme a procura, a fim de evitar a falta de vagas, e incentivar a busca de transporte alternativo nas áreas mais saturadas da cidade.
- C) Conforme a procura o preço, para estacionar em cada garagem pública, seria ajustado, a fim de evitar a falta de vagas e incentivar a busca de transporte alternativo, nas áreas mais saturadas da cidade.
- D) O preço para estacionar em cada garagem pública seria ajustado conforme a procura, a fim de evitar a falta de vagas e incentivar nas áreas mais saturadas da cidade, a busca de transporte alternativo.

04. No trecho, os dois termos destacados funcionam como introdutores

- A) da relação sintática entre predicados e seus complementos.
- B) da relação sintática entre sujeitos e predicados das orações.
- C) da relação semântica de explicação entre os enunciados.
- D) da relação semântica de finalidade entre os enunciados.

05. No último parágrafo do texto, há uma recorrência de verbos no futuro do pretérito que tem como finalidade

- A) assegurar a correção gramatical, tendo em vista que essa repetição se justifica apenas no nível morfológico.
- B) manter o paralelismo sintático e assegurar o total comprometimento do autor com as informações apresentadas.
- C) assegurar a coesão do texto, tendo em vista exclusivamente a correção gramatical.
- D) manter o paralelismo sintático e atenuar o grau de comprometimento do autor com as afirmações apresentadas.

06. Considere o trecho reproduzido a seguir.

O traço comum às iniciativas para melhorar o trânsito é o desincentivo ao uso de carro.

O acento grave indicativo da crase foi utilizado de acordo com as regras do português escrito padrão. A opção em que a crase está corretamente sinalizada é:

- A) A faixa de asfalto desocupada poderia dar lugar as vagas para pessoas com necessidades especiais.
- B) No mesmo diapasão, há quem defenda uma sobretaxa aos combustíveis, destinada à financiar o transporte coletivo.
- C) A demanda urbana por espaço aumenta em função de duas lógicas ligadas à produção de bens e serviços.
- D) As vagas de rua custam caro a sociedade e prestam um serviço ruim para o dono do carro.

As questões 07, 08 e 09 têm como base o trecho reproduzido a seguir.

A demanda **urbana (1)** por espaço aumenta em função de duas lógicas ligadas à produção de bens e serviços: a economia de escala e a economia de aglomeração. A economia de escala – redução de custos pelo aumento da produção – em geral requer **grandes (2)** áreas e leva à ocupação extensiva da terra. A economia de aglomeração – aumento **de produtividade (3)** propiciada pela proximidade de atividades complementares –, ao contrário, se beneficia **da ocupação (4)** intensiva da terra.

07. No que se refere aos sinais de pontuação utilizados no trecho, é correto afirmar que
- A) os travessões poderiam ser substituídos, sem comprometimento do sentido, por ponto e vírgula.
 - B) os travessões, no segundo período, poderiam ser substituídos, sem comprometimento do sentido, por vírgulas.
 - C) há uma informação intercalada entre travessões funcionando sintaticamente como oração adjetiva explicativa.
 - D) há uma expressão entre vírgulas funcionando sintaticamente como conjunção conclusiva.
08. O enunciado em que os dois pontos funcionam de forma semelhante ao do trecho reproduzido é:
- A) Incentivamos a compra de automóveis, quando o resto do mundo busca o contrário: maior oferta de transportes públicos, de ciclovias, de moradias próximas à oferta de emprego.
 - B) Podem-se citar dois exemplos de medidas para o problema de mobilidade urbana: a construção de ciclovias e o uso de bicicletas.
 - C) De acordo com o texto: “O impacto dos congestionamentos é conhecido por todos. Temos menos horas de lazer e de trabalho”.
 - D) As novas calçadas poderiam promover o paisagismo brasileiro: exemplos da arquitetura contemporânea.
09. Em relação aos elementos destacados no texto, é correto afirmar que
- A) o terceiro funciona como complemento nominal, e o quarto, como objeto direto.
 - B) o terceiro e o quarto funcionam como complementos nominais.
 - C) o primeiro e o segundo funcionam como adjuntos adnominais.
 - D) o primeiro funciona como complemento nominal, e o segundo, como adjunto adnominal.
10. Considere o trecho reproduzido abaixo.

Distritos residenciais foram erguidos cada vez mais distantes das áreas centrais, onde tradicionalmente estão os postos de trabalho. O movimento pendular entre moradia e emprego tornou-se obrigatório para milhões de habitantes.

Em relação às informações implícitas, é correto afirmar que nele existem

- A) um subentendido marcado linguisticamente e um pressuposto sem marcação linguística.
- B) dois subentendidos marcados linguisticamente.
- C) dois pressupostos marcados linguisticamente.
- D) um pressuposto sem marcação linguística e um subentendido marcado linguisticamente.

17. De acordo com as disposições do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), o servidor pode ausentar-se do serviço para doar sangue, sem qualquer prejuízo. Nesse caso, a ausência do servidor ao serviço fica limitada a

- A) oito dias.
- B) dois dias.
- C) cinco dias.
- D) um dia.

18. Considere as afirmativas a seguir, referentes ao Direito de Petição, conforme dispõe a Lei nº 8.112/90.

I	O direito de requerer prescreve em dez anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.
II	Caberá recurso das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
III	O prazo para interposição de recurso é de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
IV	O recurso não pode ser recebido com efeito suspensivo.

Estão corretas as afirmativas

- A) II e III.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I e IV.

19. Um servidor ativo participa da gerência de uma sociedade privada personificada. Essa conduta é, expressamente proibida, ao servidor público federal, nos termos do art. 117, inciso X da Lei nº 8.112/90. Para essa situação, a referida lei prevê a penalidade disciplinar da

- A) destituição de cargo em comissão.
- B) suspensão.
- C) advertência.
- D) demissão.

20. Considere as afirmativas a seguir, referentes à Seguridade Social do Servidor, nos termos estatuídos na Lei nº 8.112/90.

I	Auxílio-natalidade, licença à adotante e auxílio-funeral são alguns dos benefícios previstos no Plano de Seguridade Social do servidor.
II	À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até um ano de idade, serão concedidos noventa dias de licença remunerada.
III	Pelo nascimento ou pela adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de dez dias consecutivos.
IV	O auxílio-reclusão é devido à família do servidor aposentado.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e III.
- B) I e II.
- C) II e IV.
- D) II e III.

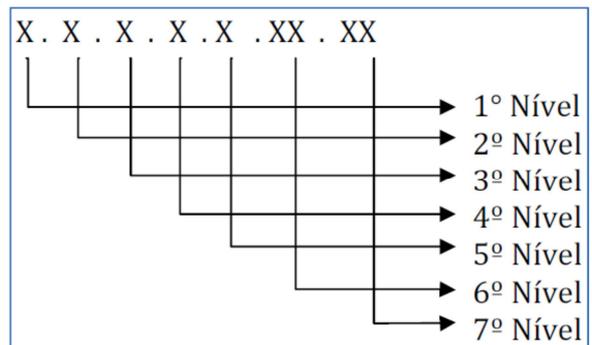
21. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o pronunciamento que estabelece a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (CPC 00), no qual estão definidas as características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Essas características foram agrupadas em duas categorias: características fundamentais e características de melhoria. São exemplos de características qualitativas de melhoria:
- A) compreensibilidade, tempestividade e uniformidade.
 - B) comparabilidade, verificabilidade e compreensibilidade.
 - C) relevância, tempestividade e representação fidedigna.
 - D) representação fidedigna, materialidade e verificabilidade.
22. Variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público. São exemplos de variações patrimoniais qualitativas:
- A) operação de crédito e alienação de bens.
 - B) aquisição de imóvel e receita tributária.
 - C) despesas com pessoal e amortização de dívida.
 - D) alienação de bens e despesas com pessoal.
23. A partir da Resolução CFC nº 1.282/2010, os "Princípios Fundamentais de Contabilidade", definidos na Resolução CFC nº 750/1993, passaram a denominar-se "Princípios de Contabilidade". O Princípio do Registro pelo Valor Original passou a admitir que, uma vez integrados ao patrimônio, os componentes patrimoniais podem sofrer variações decorrentes de alguns fatores. Dois desses fatores são:
- A) custo corrente e atualização monetária.
 - B) valor justo e valor residual.
 - C) atualização monetária e valor residual.
 - D) valor presente e valor futuro.
24. O Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe. De acordo com o CEPC, a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços deve ser levada em conta no momento de
- A) submeter proposta de honorários técnicos a juizado, em casos de perícia.
 - B) apresentar defesa, por escrito, referente a um auto de infração.
 - C) fixar previamente, por contrato escrito, o valor dos seus serviços.
 - D) solicitar reconsideração de punição transitada em julgado.
25. O CEPC prevê que a transgressão de algum de seus preceitos constitui infração ética, sancionada, conforme a gravidade, com a aplicação das penalidades:
- A) advertência reservada, censura reservada e censura pública.
 - B) suspensão de registro, advertência reservada e censura reservada.
 - C) advertência reservada, censura pública e cassação de registro.
 - D) suspensão de registro, advertência pública e cassação de registro.

26. Plano de Contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por um conjunto de contas previamente estabelecido, que permite obter as informações necessárias à elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis conforme as características gerais da entidade, possibilitando a padronização de procedimentos contábeis. No Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas contábeis possuem várias classificações. Dentre estas, está a que agrupa as contas quanto à variação na natureza do saldo. Segundo essa classificação, as contas contábeis podem ser

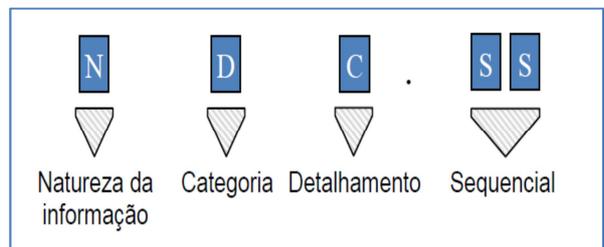
- A) sintéticas ou analíticas.
- B) devedoras ou credoras.
- C) unilaterais ou bilaterais.
- D) estáveis ou instáveis.

27. O PCASP está estruturado por níveis de desdobramento, classificados e codificados. Essa estrutura pode ser observada na figura ao lado, na qual o 4º Nível representa

- A) o Grupo.
- B) a Classe.
- C) o Título.
- D) o Item.



28. Uma transação ou evento qualquer da administração pública pode guardar relação com mais de uma natureza de informação ou mesmo com mais de um registro dentro de uma mesma natureza de informação. Com o objetivo de simplificar a representação desses fenômenos, foi desenvolvida a tabela de Conjunto de Lançamentos Padronizados (CLP). Os códigos dos CLP são estruturados como mostrado na figura ao lado.



A primeira posição do CLP, representada na figura pela letra “N”, serve para identificar se a informação é

- A) orçamentária, extraorçamentária ou financeira.
- B) analítica, sintética ou mista.
- C) devedora, credora ou híbrida.
- D) patrimonial, orçamentária ou de controle.

29. Segundo determinações das NBCASP, as entidades do setor público devem manter procedimentos uniformes de registros contábeis, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações. O número de elementos essenciais de um registro contábil é

- A) 5.
- B) 4.
- C) 6.
- D) 3.

30. As demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes saídas de informações geradas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovendo transparência dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do setor público. As NBCASP determinam que as demonstrações contábeis não-consolidadas devem compor a tomada ou prestação de contas anual dos

- A) partidos políticos.
- B) programas de governo.
- C) administradores públicos.
- D) tribunais de contas.

31. As NBCASP recomendam a publicação de dois anexos referentes aos restos a pagar, por ocasião da publicação das demonstrações contábeis. Devem ser incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados. Esses quadros devem figurar na publicação como anexos

- A) à Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- B) ao Balanço Financeiro.
- C) à Demonstração das Variações Patrimoniais.
- D) ao Balanço Orçamentário.

32. As NBCASP determinam quais são as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Dentre elas, está o Balanço Financeiro.

Analise as afirmações sobre Balanço Financeiro a seguir.

I	O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
II	O Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos dispêndios e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos ingressos.
III	Dentre outras, são discriminadas no Balanço Financeiro a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária), os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários, e as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária.
IV	Para a elaboração do Balanço Financeiro, devido à sua abrangência, são utilizadas todas as Classes que compõem o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Analisando as afirmações apresentadas, verifica-se que

- A) I e II são corretas.
- B) I e III são corretas.
- C) II e IV são corretas.
- D) III e IV são corretas.

33. Segundo recomendam as NBCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto e evidenciar as movimentações ocorridas no caixa e em seus equivalentes. Essa demonstração deve evidenciar os fluxos:

- A) dos recebimentos, das transferências e dos pagamentos.
- B) das operações, dos investimentos e dos financiamentos.
- C) orçamentários, extraorçamentários e de controle.
- D) patrimoniais, financeiros e de encerramento.

34. O Balanço Orçamentário está entre as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, conforme expõem as NBCASP.

Analise as afirmações sobre Balanço Orçamentário a seguir.

I	O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as orçadas.
II	Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução e demonstrar o resultado financeiro.
III	O Balanço Orçamentário deve discrimina as receitas por fonte (espécie) e as despesas por grupo de natureza.
IV	O Balanço Orçamentário demonstrará as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Analisando as afirmações apresentadas, verifica-se que

- A) II e IV são corretas.
- B) I e III são corretas.
- C) III e IV são corretas.
- D) I e II são corretas.

35. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), o PCASP é composto por

- A) tabela de atributos da conta contábil, relação de contas e estrutura padronizada de lançamentos.
- B) relação de contas e suas codificações e relacionamento entre contas dentro de cada classe.
- C) procedimentos de débito e crédito das diferentes classes de contas e relação de contas por natureza.
- D) lançamentos contábeis integrados, tabela de atributos da conta contábil e relação de contas e grupos.

A figura a seguir é formada por recortes de algumas Demonstrações Contábeis da Prefeitura de Valinhos, referentes ao ano de 2013. Utilize-a para responder às questões de número 36 a 40.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	381.868.758,93	399.199.615,53
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	350.480.208,18	393.072.471,28

SUB-TOTAL	326.892.209,94	SUB-TOTAL	306.615.035,79
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	14.458.514,00
Recebidas Orçamentariamente	0,00	Concedidas Orçamentariamente	14.458.514,00
SUB-TOTAL	0,00	SUB-TOTAL	14.458.514,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	44.423.129,50	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	46.140.347,42
Inscrição de Restos a Pagar	9.385.524,30	Pagamento de Restos a Pagar	12.991.505,61
Valores Restituíveis	34.705.689,55	Valores Restituíveis	33.148.841,81
Transferencias Recebidas	331.905,65	Transferencias Concedidas	0,00
SUB-TOTAL	44.423.129,50	SUB-TOTAL	46.140.347,42
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	10.080.908,99	SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ATUAL	14.182.351,22
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	10.080.908,99	Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	14.182.351,22
SUB-TOTAL	10.080.908,99	SUB-TOTAL	14.182.351,22
TOTAL	381.396.248,43	TOTAL	381.396.248,43

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITA	DIFERENÇAS
	INICIAL	ATUALIZADA	REALIZADA	R\$
RECEITAS CORRENTES	326.950.000,00	326.950.000,00	325.979.715,76	(970.284,24)
RECEITAS CAPITAL	3.050.000,00	3.050.000,00	912.494,18	(2.137.505,82)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	330.000.000,00	330.000.000,00	326.892.209,94	(3.107.790,06)
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERACAO DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERACAO DE CREDITOS Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	330.000.000,00	330.000.000,00	326.892.209,94	(3.107.790,06)
TOTAL (V) = (III + IV)	330.000.000,00	330.000.000,00	326.892.209,94	(3.107.790,06)

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPEAS	DESPEAS	DESPEAS	SALDO DA
	INICIAL	ATUALIZADA	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTE	296.671.000,00	301.552.464,92	293.871.462,76	292.049.170,15	287.386.883,60	7.681.002,16
DESPEAS DE CAPITAL	29.929.000,00	19.966.675,08	18.732.306,46	18.012.885,83	17.884.161,48	1.234.368,62
SUBTOTAL DAS DESPEAS (VI)	330.000.000,00	330.000.000,00	320.790.815,96	318.249.102,72	310.970.068,38	9.209.184,04
AMORTIZACAO DA DIVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	330.000.000,00	330.000.000,00	320.790.815,96	318.249.102,72	310.970.068,38	9.209.184,04
TOTAL (X) = (VIII + IX)	330.000.000,00	330.000.000,00	326.892.209,94	318.249.102,72	310.970.068,38	9.209.184,04

36. O total dos ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial, é, aproximadamente, de
- A) R\$ 44,42 milhões.
 - B) R\$ 14,18 milhões.
 - C) R\$ 9,20 milhões.
 - D) R\$ 46,14 milhões.
37. O Quociente de Execução da Receita é
- A) maior que 1, devido ao excesso de arrecadação.
 - B) menor que 1, devido à falta de arrecadação.
 - C) negativo, em cerca de R\$ 3,1 milhões.
 - D) positivo, em cerca de R\$ 9,2 milhões.
38. O Quociente do Resultado Orçamentário é
- A) menor que 1, indicando a existência de déficit.
 - B) maior que 1, indicando a existência de superávit.
 - C) positivo, no valor R\$ 9,2 milhões.
 - D) negativo, no valor de R\$ 3,1 milhões.
39. O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária é, aproximadamente, de.
- A) 1,05.
 - B) 0,95.
 - C) R\$ 9,2 milhões, positivo.
 - D) R\$ 3,1 milhões, negativo.
40. O Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais é
- A) menor que 1, indicando déficit financeiro.
 - B) menor que 1, indicando déficit patrimonial.
 - C) maior que 1, indicando superávit patrimonial.
 - D) maior que 1, indicando superávit financeiro.
41. Vários são os princípios que norteiam regras para a contabilização das receitas e despesas públicas sob o enfoque patrimonial. O princípio que trata sobre a necessidade das variações serem reconhecidas na sua totalidade, independentemente do cumprimento das formalidades legais para a sua ocorrência, e o princípio que pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e despesas correlatas, são, respectivamente,
- A) Oportunidade e Competência.
 - B) Integralidade e Universalidade.
 - C) Orçamento Bruto e Oportunidade.
 - D) Universalidade e Competência.

- 42.** O ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, refere-se ao segundo estágio da despesa orçamentária, que se denomina “empenho”. Existem alguns tipos de gastos que, pela sua própria natureza, devem ser tratados diferentemente, adequados às suas características, pois, se assim não forem tratados, poderão provocar entraves de processamento, procedimentos supérfluos ou multiplicidade de trabalho, como por exemplo, compromissos decorrentes de alugueis. Nesse caso, as despesas devem ser empenhadas através de empenho
- A)** global. **C)** por estimativa.
B) ordinário. **D)** por dispensa.
- 43.** Conforme o Art. 36 da Lei 4.320/64, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Considere que durante determinado período uma prefeitura empenhou R\$ 15.000,00 de despesas, sendo liquidadas R\$ 10.000,00 e pagas apenas R\$ 8.000,00. Sobre restos a pagar, é correto afirmar:
- A)** Restos a pagar (processados e não processados) somam R\$ 7.000,00.
B) Restos a pagar processados somam R\$ 5.000,00.
C) Restos a pagar não processados somam R\$ 7.000,00.
D) Restos a pagar (processados e não processados) somam R\$ 5.000,00.
- 44.** Uma prefeitura precisou adquirir uma placa de memória para substituição em um computador. Porém, essa placa possui uma maior capacidade do que a anterior. Sabendo que, para a classificação da despesa, devem ser observados alguns parâmetros que distinguem esses materiais (durabilidade, fragilidade, perecibilidade, incorporabilidade e transformabilidade), a despesa orçamentária com a troca da placa deve ser classificada quanto à categoria econômica, grupo de natureza e elemento de despesa, respectivamente, como
- A)** Despesa Corrente – Outras despesas correntes – Material de Consumo.
B) Despesa de Capital – Investimento – Material de Consumo.
C) Despesa de Capital – Investimento – Equipamento e Material Permanente.
D) Despesa Corrente – Outras despesas correntes – Equipamento e Material Permanente.
- 45.** A prefeitura de um município potiguar, durante o último exercício, recebeu em dinheiro as seguintes receitas:
- receita tributária (reconhecimento do crédito anteriormente) – R\$ 10.000,00;
 - alienação de bens imóveis (com vida útil de 5 anos e já depreciado 3 anos) – R\$ 2.500,00; e
 - operações de crédito – R\$ 20.000,00.
- Um dos lançamentos no Subsistema Patrimonial, decorrente dos fatos acima, é:
- A)** D – Crédito tributário a receber 12.500,00
 C – Variação Patrimonial Ativa 12.500,00
- B)** D – Caixa 10.000,00
 C – Crédito tributário a receber 10.000,00
- C)** D – Caixa 2.500,00
 C – Bens e imóveis 2.500,00
- D)** D – Variação Patrimonial Passiva
 C – Dívida fundada 20.000,00

46. Uma instituição federal de ensino superior precisa reconhecer a depreciação de um bem cujo valor bruto é de R\$ 50.000,00. Foi determinado que o valor residual é de R\$ 5.000,00 e, conforme a política da entidade, a vida útil do bem é de 5 anos. O lançamento que representa o registro anual da depreciação é:

- A) D – Depreciação acumulada
C – Bens imóveis 10.000,00
- B) D – Variação Patrimonial Passiva
C – Depreciação acumulada 10.000,00
- C) D – Depreciação acumulada
C – Bens imóveis 9.000,00
- D) D – Variação Patrimonial Passiva
C – Depreciação acumulada 9.000,00

47. O sistema de informação de custos é um dos subsistemas de informações contábeis aplicados ao setor público. Segundo as NBCASP, esse sistema é apoiado em três elementos essenciais:

- A) critério de mensuração, método de apropriação e modelo de acumulação.
- B) método de rateio, sistema de mensuração e modelo de acumulação.
- C) modelo de apropriação, método de custeio e sistema de rateio.
- D) sistema de acumulação, modelo de mensuração e método de custeio.

48. Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, a receita pode ser “efetiva” ou “não-efetiva”. Esses dois tipos de receita constituem, respectivamente, fatos contábeis

- A) modificativo aumentativo e modificativo aumentativo.
- B) permutativo e permutativo.
- C) modificativo aumentativo e permutativo.
- D) permutativo e modificativo aumentativo.

As informações a seguir servirão de base para responder as questões 49 e 50.

Recebimento em dinheiro das seguintes receitas:

Receita tributária (arrecadada concomitantemente com o fato gerador) – R\$ 150.000,00;

Alienação de bens imóveis (pelo mesmo valor líquido bem) – R\$ 25.000,00;

Operações de créditos (empréstimo de longo prazo) – R\$ 80.000,00.

Pagamento em dinheiro das seguintes despesas:

Pessoal e Encargos – R\$ 95.000,00;

Aquisição de imóveis (à vista) – R\$ 110.000,00;

Amortização de empréstimos – R\$ 25.000,00.

Saldo inicial do caixa: R\$ 180.000,00.

49. O Resultado Econômico do período é

- A)** R\$ 45.000,00 deficitário.
- B)** R\$ 55.000,00 superavitário.
- C)** R\$ 50.000 deficitário.
- D)** R\$ 70.000 superavitário.

50. Na comparação entre o fluxo econômico e o fluxo financeiro, a variação foi de

- A)** R\$ 165.000,00.
- B)** R\$ 25.000,00.
- C)** R\$ 200.000,00.
- D)** R\$ 30.000,00.